

## A Associação Quilombola Guaxinim e a alimentação escolar nos territórios da 3ª gerência especial de educação, em Alagoas<sup>1</sup>

Josefa Adriana Cavalcante Ferro  
Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil  
Endereço eletrônico: josefaadriana40@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes  
Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil  
Endereço eletrônico: soniamendoncamenezes@gmail.com

305

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Política pública. Organização social

### INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) instituído em 1955, apresenta-se como um processo de promoção da alimentação adequada e saudável, que beneficia os alunos matriculados na rede pública de ensino. A partir da promulgação da Lei 11.947/2009, a inclusão dos agricultores familiares foi fundamental para a comercialização de alimentos para o programa, ao estabelecer que no mínimo 30% dos repasses inerentes ao PNAE, devem ser destinados para a compra de gêneros alimentícios da categoria.

Dessa forma, a legislação contempla os agricultores familiares como fornecedores de itens alimentares para as refeições escolares, através do processo de chamada pública, instrumento legal para a aquisição de alimentos pelo PNAE, explícito no Art. 14 da supracitada Legislação. No entanto, se faz necessário o conhecimento sobre as normativas, a mobilização social para que ocorra a efetiva inclusão no processo de comercialização. Grisa e Schneider (2015) asseguram que o novo sempre traz dificuldades, porém, a interação entre os envolvidos pode interferir no processo, dessa forma, a atuação da categoria no PNAE, passou por momentos de adaptação e compreensão para a consolidar a participação no programa.

---

<sup>1</sup> Este resumo resulta de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

**Realização:**



**Apoio:**



A discussão apresentada por esses autores sobre o novo, assemelha-se com a realidade da Associação Quilombola de Guaxinim, com sede no município de Cacimbinhas/AL, pois, foi necessário um determinado período para compreenderem as diretrizes que envolvem essa política pública. Mediante a relevância do programa para os agricultores familiares e seus beneficiários, este resumo tem como objetivo identificar a atuação da Associação Quilombola de Guaxinim, na comercialização de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos territórios da 3ª Gerência Especial de Educação (3ª GEE), no ano de 2023. A escolha da associação ocorreu devido à dimensão que a organização ocupa dentro dos territórios como fornecedora de gêneros alimentícios e por ser a única instituição pertencente a comunidade tradicional quilombola envolvida no PNAE, nesse recorte geográfico.

## METODOLOGIA

Nesta investigação utilizou-se dados qualitativos e quantitativos com base em documentos oficiais e a fundamentação teórica que dialoga com a temática, dentre elas destacam-se: Grisa e Schneider (2015), Lei 11.947/2009, FNDE (2023). Realizou-se o trabalho de campo, com visitas aos estabelecimentos rurais e a pequena agroindústria familiar, onde são elaborados os alimentos: bolos, pães e biscoitos, também foram realizadas entrevistas com os agricultores e o presidente da Associação Quilombola de Guaxinim, nos meses de maio e junho de 2024. Neste contexto, a pesquisa discorre sobre a participação da referida organização social como fornecedora de alimentos *in natura* e minimamente processados para a alimentação escolar, em territórios da 3ª GEE.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a Lei 11.947/2009, o mercado institucional do PNAE garante a comercialização dos alimentos cultivados pelos agricultores familiares e proporciona a oferta de refeições adequadas e saudáveis aos alunos matriculados na rede pública de ensino. Com centralidade na participação da Associação Quilombola de Guaxinim, fundada em 28 de janeiro de 2010, com sede no município de Cacimbinhas/AL, composta por 100 associados que trabalham na agricultura familiar para o autoconsumo e participam de políticas públicas alimentares as quais contribuem para a geração de renda.

Realização:



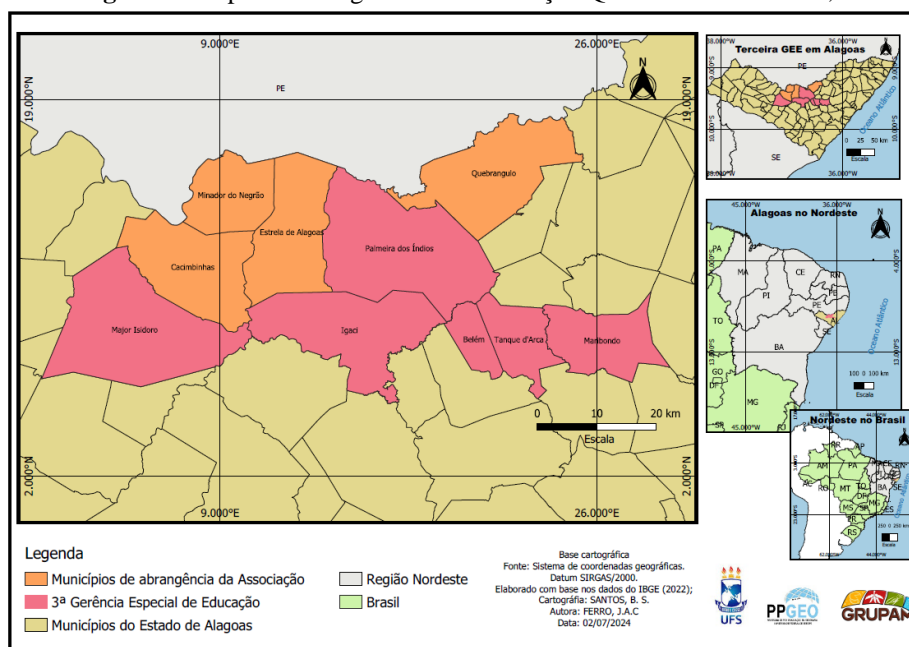
Apoio:



Em 2015 a associação participou do primeiro edital no município sede e passou a fornecer os itens alimentares apenas para o PNAE de Cacimbinhas, até 2022, em virtude de suas limitações como: ausência de transporte para as entregas fora da sede, a quantidade de agricultores envolvidos e cultivos insuficiente para atender outras demandas.

Com as articulações, o envolvimento de outros agricultores e organização estrutural, em 2023, ocorreu a expansão da associação como fornecedora de alimentos *in natura* e minimamente processados para os seguintes territórios da 3ª GEE: Quebrangulo, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas e Minador do Negrão, ou seja, 40% dos municípios que conformam a 3ª GEE adquirem alimentos dessa organização social (Figura 1).

Figura 1- Mapa de abrangência da Associação Quilombola Guaxinim, em 2023.



Fonte: SANTOS, 2024.  
Org.: FERRO, 2024.

A desenvoltura da organização social é observada nos registros de prestações de contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos períodos de 2015 a 2022, a Associação Quilombola de Guaxinim conseguiu comercializar os gêneros alimentícios para Cacimbinhas, com o alcance de R\$ 339.126.526, durante estes períodos (FNDE, 2023).

Em 2023, com a expansão e aprovação dos planos de venda nos municípios mencionados, a associação atendeu as demandas provenientes das entidades executoras que totalizaram a quantia de R\$ 1.823.196,110 durante o referido ano em que os gêneros

Realização:



Apoio:



alimentícios foram cultivados por 40 agricultores familiares e fornecidos para as escolas, os quais contribuiriam para a oferta de alimentação adequada e saudável para os alunos.

Os itens alimentares oferecidos na alimentação escolar foram cultivados nos estabelecimentos rurais de famílias quilombolas e destacamos que é uma satisfação imensurável dos agricultores em fornecerem alimentos para os alunos, como realça a Sra. Neném Quilombola<sup>2</sup> ao afirmar que: “me sinto muito feliz em saber que eu alimento os alunos e com produtos sem veneno, a gente fica contente e tudo que a gente tem vende pra eles”. A agricultora representa a categoria e externa seu sentimento promissor em cultivar alimentos agroecológicos e contribuir na alimentação dos discentes.

Para além desses alimentos *in natura*, a associação conseguiu estruturar uma pequena agroindústria para a produção de bolos, pães e biscoitos, onde trabalham 36 mulheres e 4 homens. O relato do Sr. João Lucas<sup>3</sup> enfatiza a divisão do trabalho de acordo com o gênero: “Aqui eram só mulheres, mas, aqui na parte dos fornos é muito quente para elas, então nós combinamos de colocar 4 homens para fazer esse serviço, um por semana [...]aliviou a situação delas, que ficam com a preparação dos bolos, broas e pães”. Este serviço atende as demandas do PNAE e proporciona a geração de renda para mulheres e homens envolvidos no processo de produção.

## CONCLUSÕES

A política pública da alimentação escolar, representa um importante instrumento para a inclusão da agricultura familiar no mercado institucional do PNAE, ao tempo em que busca fortalecer a agricultura familiar e proporcionar a geração de renda para a categoria, como também assegura a oferta de alimentos adequados e saudáveis para os beneficiários do programa. A propositura foi assimilada pela Associação Quilombola de Guaxinim ao participar do programa, ascender sua trajetória e ultrapassar os limites territoriais da sede, além de participar de outras chamadas públicas, estimular e envolver outros agricultores e agricultoras familiares na comercialização de itens alimentares *in natura* e minimamente processados para a alimentação escolar dos territórios da 3ª GEE, bem como tem o papel de fortalecer a agricultura familiar.

<sup>2</sup> Entrevista realizada dia 26 de junho de 2024, em sua residência, no Sítio Guaxinim, zona rural do município de Cacimbinhas/AL.

<sup>3</sup> Entrevista realizada dia 26 de junho de 2024, na sede da agroindústria, na zona urbana do município de Cacimbinhas/AL.

Realização:



Apoio:



## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei nº 12.527.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 19 maio. 2023.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Cátia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

BRASIL. Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Contas online.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>. Acesso em: 22 jun. 2024.